



HEMEROTECA
MUNICIPAL
DE LISBOA

A MARSELHEZA: SUPPLEMENTO DE CARICATURAS¹ – semanário publicado em Lisboa, entre 28 de Novembro de 1897 e 25 de Dezembro de 1898, completou duas séries de 24 números e iniciou uma terceira, que não terminou, concretizando no total 57 números. Saía ao domingo, dia votado ao descanso e ao convívio com os amigos, tempo para fazer o “balanço” da semana, comentar as notícias e expurgar a fúria acumulada no curso agitado dos dias, marcados por uma crescente contestação ao regime monárquico, mobilizada pelos republicanos e outras forças políticas e sociais, como os anarquistas, socialistas e sindicalistas. As 4 páginas de caricaturas, legendadas, prestavam-se a orientar a tertúlia, excitando pelo humor a análise crítica da atualidade. O “serviço” era gratuito para os assinantes de *A Marselha: diário político* (1896-1898), dirigido por João Chagas (1863-1925)²; para os restantes leitores ficava pelos acostumados «10 réis».³

Como se tratava de um suplemento de um diário, houve alguma economia na informação “técnica”. No espaço do cabeçalho, logo abaixo do título, ostentava apenas o nome do caricaturista Leal da Câmara (1876-1948)⁴, opção que teria por fundamento

¹ Disponível na Hemeroteca Digital, em:

<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/periodicos/AMarselheza/AMarselheza.htm>

² João Pinheiro Chagas nasceu no Rio de Janeiro, em 1863, filho de portugueses emigrados. Veio para Lisboa ainda em criança. Foi jornalista, escritor, polemista e diplomata. Dedicou a sua vida e talento à causa republicana, que defendeu entusiasticamente através de panfletos e jornais. A sua dedicação, coragem e frontalidade valeram-lhe uma aurela de herói revolucionário e até o respeito dos adversários. Pelas opiniões que defendeu conheceu a prisão, o degredo em África e o exílio. A sua prosa ardente, umas vezes pontuada de cólera, outras de uma ironia bem-humorada, ficou registada numa infinidade de panfletos e numa série de periódicos, de diferente natureza. Estreou-se no *Primeiro de Janeiro*, do Porto, com 20 anos; posteriormente colaborou com *O Tempo*, *Correio da Manhã*, *O Dia*, *O País* (que dirigiu a partir de 1898), *A Paródia*, *O Mundo*, *A Batalha* (que dirigiu a partir de 1899), entre outros. Também fundou periódicos célebres como *A República Portuguesa*, nas vésperas da revolta de 31 de Janeiro de 1891, o vespertino *A Portuguesa* (1892-93), *A Marselhesa* (1897-98), que foi continuada por *A Lanterna* e *Cartas Portuguesas*. Depois de implantada a República, foi nomeado ministro em Paris e, posteriormente, presidiu ao primeiro governo constitucional. Após a Grande Guerra, integrou a delegação portuguesa à Conferência da Paz e à Assembleia da Sociedade das Nações. Faleceu no Estoril, 28 de Maio de 1925. Deixou uma vasta obra de feição memorialista e autobiográfica.

³ Conf. «Expediente», in n.º 1, 28/11/1897, p. 4. Só a partir de Janeiro de 1898 (n.º 7) foi anunciada, no semanário, a venda por assinatura, em séries de 24 números. O preço praticado era o seguinte: Lisboa e província – 360 réis; África e estrangeiro – 720 réis.

⁴ Tomás Julio Leal da Câmara nasceu em Pangim, na Índia, em 1876. Embora tenha revelado, desde muito cedo, uma aptidão especial para o desenho, principalmente a caricatura, os pais almejavam-lhe outro futuro: médico. Por pressão familiar, acabou por frequentar o Instituto de Agronomia e Medicina Veterinária, que abandonou em 1896 para se dedicar à defesa do ideal republicano. Revelou-se, então, um caricaturista inovador, eficaz e muito determinado. Foi colaborador ativo dos jornais da época, humorísticos e noticiosos, e também fundou e dirigiu periódicos que se destacaram pela sua qualidade gráfica, mas também pela sua crítica cáustica à Monarquia e à Igreja. As suas primeiras colaborações foram para *O Inferno*, *D. Quixote*, *Branco e Negro*, *Os Ridículos*, *Brasil-Portugal*, *Suplemento Humorístico de O Século*, *O Diabo*, *Suplemento de caricaturas d’ A Marselhesa* e fundou e dirigiu *A Corja*. Em Maio de 1898, para escapar à prisão, teve de esconder-se e depois acabou por exilar-se. Primeiro esteve em Madrid, onde colaborou em revistas de arte e, depois, em Paris. Aí, trabalhou para *L’Assiette au Beurre*,

o prestígio do “novo” artista, pois o que a lei exigia era a identidade do editor, que era Ilydio Analide da Costa⁵, e constava na última página, logo precedido pelo nome do artista gravador, referenciado como «IGREJA E ALMEIDA».

A tipografia era a «da Marselheza». Para o envio da correspondência era sugerida a redação e administração desse diário, mas não indicavam o respetivo endereço postal. Este, só apareceu estampado no último número publicado em 1897 (n.º 5) como: «Travessa da Trindade, 12 2º».

Mais tarde, foi revelada a identidade do administrador, que era Theodoro Ribeiro⁶ (n.º 7); e passou também a constar o nome dos agentes comerciais que dispunha em Coimbra e no Porto, que eram Figueiredo e Palhas (n.º 8) e Arnaldo Trindade (n.º 2 (10)), repetivamente.

Desde o primeiro número, o suplemento de caricaturas assumiu a sua natureza política e panfletária, desenvolvendo uma campanha de achincalhamento do rei e do governo, enquanto poderes legitimadores e perpetuadores de todas as formas de injustiça e de corrupção que obstavam ao progresso social e ao desenvolvimento da pátria, ao mesmo tempo que defendia os valores republicanos e fazia eco das ideias socialistas, sindicalistas e de outros movimentos e causas de índole libertária, que estavam a mobilizar os cidadãos e os trabalhadores, em Portugal e em outras partes do mundo.

O primeiro número foi, praticamente, um convite à mobilização republicana: na primeira página, trazia estampadas algumas estrofes da letra do hino revolucionário que assumiu como título, emolduradas por uma ilustração que recriava uma multidão em movimento, hasteando armas e bandeiras, seguindo a figura feminina da

Le Cri de Paris, L'Indiscret, Le Sans-Gêne, La Caricature, sempre cultivando a sátira das personalidades políticas maiores. Também na Bélgica fundou um jornal humorístico, o *Le Rire Belge*. Alguns meses depois da implantação da República, Leal da Câmara regressou ao país e fixou-se no Porto. Terá sido convidado a colaborar em *A Sátira*, dirigida por Joaquim Guerreiro. No terceiro número da revista é anunciada a viagem e o quarto e último número dedica-lhe grande destaque, chamando-o mesmo à capa. Embora não tenha participado no I Salão dos Humoristas Portugueses (1912), o que terá ficado a dever-se a um desentendimento com Guerreiro, Leal da Câmara foi um dos criativos mais fecundos do movimento modernista português. Em 1916, no Porto, lançou o *Miau!* e criou o Grupo dos Fantasistas. Também se dedicou à ilustração e à cerâmica, continuando a publicar na imprensa, nomeadamente em: *A Capital, Os Grotescos, O Mundo, Diário de Notícias Ilustrado, O Comercio do Porto Ilustrado, A Montanha, ABC a rir, O Porto por um Canudo, O Riso d'A Vitória, O Espectro, Sempre Fixe, Off-Side, A Risota* e *O Sol*. Paralelamente, Leal da Câmara dedicou-se à ilustração de livros, à pintura decorativa no Jardim-Escola João de Deus e foi professor do ensino industrial. Leal da Câmara faleceu na Rinchoa, no concelho de Sintra, a 21 de Julho de 1948.

⁵ Não há muita informação sobre este personagem, mas é certo que manteve uma relação mais ou menos duradoura com a imprensa, sobretudo a humorística e republicana, pois fazem parte do seu curriculum de editor, além do suplemento de caricaturas *A Marselheza, O Meio-Dia* (1890), *A Noite* (1890), *O Evangelista* (1893?-1894), *O Tecido* (1895), *Batalha* (1896), *A Rua* (1897), *Revista Republicana* (1897), *A Corja* (1898), *A Maria Rita* (1898), *Correio Anunciador* (1899), *A Galhofa* (1900, com caricaturas de Diamantino Leite), *Os Teatros* (1900), *A Folha do Povo / A Folha da Tarde* (1900), *A Luta* (1900), *A Liberdade* (1901), *Revista Nova* (1901-2), o *1.º de Novembro* (1902-3) e *O Zé* (1903, com caricaturas de “E. Menezes”) e *O Independente* (1903-1907).

⁶ Com alguma reserva, põe-se a hipótese de se tratar de Theodoro Carlos Ribeiro (1868-1922), que era operário tipógrafo, e foi um dos mais prestígioos militantes da Associação dos Compositores Tipográficos de Lisboa; também foi membro do Partido Socialista Português, do qual se desligou por ocasião da rutura entre Azneco e Ernesto Silva, tendo acompanhado este último, de quem foi sempre grande amigo.

República, de vestido e barrete vermelhos. A composição apresentava a assinatura inconfundível de Leal da Câmara.

Por baixo da caixa do cabeçalho, em caracteres miúdos, anunciavam, irónicos: «O suplemento da «Marselheza» é o jornal de maior circulação... em todo o Governo Civil» (onde estava instalada a Censura). A “projeção” tinha, certamente, por fundamento a experiência havida com o diário político, que foi um dos jornais mais marcados e censurados daquele tempo – previsivelmente, ao seu suplemento estaria reservada a mesma sorte. Na verdade, o suplemento de caricaturas corporizou uma reação a essa perseguição, como foi assumido no editorial do primeiro número: «Querendo, n'estes termos, corresponder ao desfavor com que nos tem distinguido o Governo Civil, já apprehendendo-nos, já sequestrando-nos, já apalpando-nos, já capturando-nos, resolvemos desdobrar a Marselheza n'este pequeno e modico suplemento destinado ao invés dos seus congéneres, a não ter entrada em todas as casas.»⁷.

A previsão de João Chagas confirmou-se: as autoridades fizeram de tudo para impedir que o suplemento de caricaturas chegasse às mãos do leitor, sobretudo enquanto se manteve o vínculo ao diário *A Marselheza*. De facto, para garantir a existência do suplemento de caricaturas foi necessário renegar essa “paternidade”, afirmando-o publicação autónoma. Contou também com a solidariedade de Alves Corrêa, director d' *O Paiz* (1895-1898)⁸, que nas páginas do seu diário foi denunciando a perseguição feita ao suplemento de caricaturas, como se quisesse dar e guardar um testemunho do modo como se desenrolava a ação coerciva das autoridades sobre a imprensa. Agora e aqui, propomos reler a “crónica” dessa perseguição, que começou por ser anunciada pela própria vítima, como herança paterna: «Assim, todas as manifestações da nossa actividade devem ser atribuídas a fatalidades orgânicas de transmissão, como os males do filho devem attribuir-se aos males do pae.

E os nossos males são: rebeldia e processos de imprensa, intransigências e custas e sellos, além de outros pequenos berbicachos de temperamento, como: espírito de indisciplina e inveterado ódio ao licôr de rosa.»⁹

O suplemento começou por sair atrasado em relação ao que estava planeado, pois na edição de 21 de Novembro de 1897, *O Paiz* informou: «Não pode sair hoje, como se anunciara, o suplemento de caricaturas do nosso prezado colega *A Marselheza*. Pelo que nos consta, o suplemento, que tem por colaborador artístico Leal da Camara, um novo cheio de talento, deve produzir sensação, excedendo tudo quanto tem aparecido no género.»¹⁰ Embora *O Paiz* não tenha adiantado qualquer explicação, é provável que o atraso se tenha ficado a dever à apreensão, a 17 de Novembro, do diário *A Marselheza*, de que deu noticia.¹¹

⁷ Conf. «O Suplemento», in n.º 1, 29/11/2016, p. 2.

⁸ Digitalizado na BN e parcialmente disponível na Hemeroteca e na Biblioteca República e Resistência.

⁹ Idem.

¹⁰ Conf. «"A Marselheza"», in *O Paiz*, 3.º ano, n.º 746, de 21/11/1897, p. 2.

¹¹ Conf. «Apreensão da "Marselheza"», in *O Paiz*, 3.º ano, n.º 743, de 18/11/1897, p. 2. O próprio jornal *A Marselheza* deu a explicação, mais prosaica, a 22 de Novembro de 1899: "Por ter havido á última da hora um desarranjo imprevisto na machina em que devia imprimir-se o suplemento á «Marselheza», este não saiu hontem, como estava annunciado. Apparecerá no proximo domingo."

Portanto, uma semana depois do que fora anunciado, o suplemento de caricaturas chegou às bancas e segundo *O Paiz* «o êxito da venda em Lisboa foi extraordinário.»¹²

A matéria e o sucesso desse primeiro número deixou as autoridades de sobreaviso, pois o segundo número, que saiu no dia 5 de Dezembro, foi mandado apreender aos vendedores.¹³ E *O Paiz*, que também já fora vítima da mesma medida repressiva, não se coibiu de protestar, pondo o ênfase nos prejuízos que dela decorriam: «*Não é de uma ilegalidade que se trata. É de um roubo, impudicamente commettido e de duplo alcance, porque fere um empresa que, legalmente habilitada, fez sair o seu jornal, que lhe custou dinheiro, e porque a um mesmo tempo lesa os vendedores, que adquiriram legitimamente os exemplares apreendidos.*»¹⁴

A mudança de ano (1898), foi aproveitada para introduzir alterações muito subtis no “cabeçalho” do suplemento, com o objetivo de simular a sua autonomia em relação ao querelado diário *A Marselheza*: o «A» tipográfico tomou a forma de uma caricatura de polícia; e o «Suplemento de Caricatura» deu lugar a um «Semanao de Caricaturas».¹⁵ Na mesma linha, esse primeiro número de 1898, que era o sexto, ao invés de sair no domingo, saiu no sábado, 1 de Janeiro; e ainda anunciou duas novidades: a edição, na quinta-feira, 6 de Janeiro, de «*um suplemento de caricaturas a este semanário*», contendo «uma grande estampa impressa a cores, [que] será publicada a propósito do dia de Reis e terá por título – UM REI.»; e a colaboração «*dos nossos mais graciosos prosadores e poetas*», cujos textos (prosa e verso) seriam ilustrados pelo «*caricaturista d’este jornal*».¹⁶

O suplemento do Dia de Reis, que era integralmente ocupado com uma caricatura do rei D. Carlos, foi mandado apreender pela censura. Mas isso não impediu nem que o suplemento se vendesse – ao que parece até aumentou o interesse do público –, nem intimidou a equipa do “novo” semanário, pelo contrário. De facto, no número seguinte, o sétimo, de 9 de Janeiro, além de apresentar novas caricaturas de D. Carlos, continha um “esclarecimento” do caricaturista sobre o seu último trabalho: «*Tendo a policia apreendido o suplemento ao n.º 6 d’este semanário, dando como razão o ter-se publicado montado n’um camelo o sr. D. Carlos de Bragança, o caricaturista d’este jornal declara à policia que a caricatura publicada não é do Chefe do Estado, mas sim do administrador d’este semanário, o nosso amigo sr. Theodoro Ribeiro.*»

Fica, pois, entendido d’aqui para o futuro que o caricaturista da Marselheza somente caricatura o nosso amigo D. Carlos de Bragança pela forma acima reproduzida, e que o desenho até aqui julgado a caricatura do Rei não passa de uma charge ao nosso administrador.»¹⁷

A afronta era óbvia e não ficou sem resposta, mas a equipa do suplemento saía sempre a ganhar, como se percebe da noticia publicada n’*O Paiz*, a 10 de Janeiro:

¹² Conf. «A Marselheza», in *O Paiz*, 3.º ano, n.º 755, de 30/11/1897, p. 1.

¹³ A imprensa era então regulada pela lei de 12 de Fevereiro de 1896, de inegável alcance censório, ainda que não previsse o controlo prévio. O diploma está acessível na secção **Leis de Imprensa** da Hemeroteca Digital.

¹⁴ Conf. «Apprehensão da “Marselheza”, in *O Paiz*, 3º ano, nº 761, de 6/12/1897, p. 1.

¹⁵ Conf. o Cabeçalho do n.º 6, de 1/01/1898.

¹⁶ Conf. n.º 6, «Expediente», p. 4.

¹⁷ Conf. «Declaração, in n.º 7, de 9/01/1898, p. 3.

«Mais uma vez foi apreendido hontem o semanário de caricaturas A Marselheza, que apareceu, como os números anteriores, cheio de verve, firmando os créditos de Leal da Camara, o arrojado caricaturista que tão depressa conquistou um logar de honra. Pelo que ouvimos foram apreendidos mais de 6.000 exemplares. Todavia a pouca vergonha não teve outro resultado que o de roubar a empresa. Mais ou menos clandestinamente os números vendiam-se a 20, 40 e 50 réis, tendo uma procura extraordinária.»¹⁸

Se o “garrote financeiro” era, de facto, uma primeira estratégia a que a censura recorria para domar a imprensa rebelde, com o *suplemento de caricaturas* ela não estava a resultar. Por isso, as autoridades decidiram endurecer a sua ação e no dia 16 de Janeiro, além de mandarem apreender a edição (n.º 8), cercaram a redação e as oficinas tipográficas, e fizeram detenções. No dia seguinte, *O Paiz* denunciou o episódio, na primeira página, sem economizar na descrição dos pormenores mais sórdidos: «E o caso foi este, já hoje bem vulgar, bem comum, bem frequente, e, todavia sempre odioso, sempre revoltante: a policia prohibiu que o semanário de caricaturas Marselheza se publicasse, e, fiel a uma tradição nova que este governo inaugurou com o desplante com que tem inaugurado tanta coisa nova, prendeu e conduziu ao Governo Civil, a fim de as expor ao conhecido vexame da apalpadella, as pessoas que saíram das oficinas do mesmo semanário e se recusaram a deixar se apalpar em plena rua. Mas contemos como os factos se passaram. É bom que o publico os conheça para que, pelo menos, não ignore que eles se praticam.»¹⁹

Referindo-se, concretamente, ao procedimento humilhante a que os detidos foram submetidos, detalhava: «No Governo Civil, cada uma d’essas pessoas é apalpada como n’um posto alfandegário. Dir-se-hia que ellas são suspeitas de trazerem não exemplares da Marselheza, mas chouriços da Anadia. Ao nosso amigo Miguel Stockler revistaram os mais recônditos escaninhos da carteira. Leal da Camara é apalrado de alto a baixo. Theodoro Ribeiro demora-se e como se pergunte por ele, há quem responda – «Esta se a vestir.» Segundo parece, despiram-n’o. Tudo isso se passa n’uma sala onde há mais gente.»²⁰

Refira-se ainda que, além dos elementos referidos, também foram detidos João Chagas e um sr. Meira e Sousa. De acordo com a notícia, ao fim de algumas horas foram todos libertados. Mas *O Paiz* fez questão de fazer duras críticas ao governo progressista, responsabilizando-o diretamente pela ação da polícia, que considerava atentatória da dignidade dos cidadãos, e acusando-o de hipocrisia política: «Dissémos no princípio d’esta noticia que não se tratava em rigor da policia, mas do governo, e é assim, e o que convém assignalar mais uma vez para a historia do progressismo em Portugal é que é sob o consulado de um governo progressista, que se inculca reivindicador das liberdades constitucionais, que semelhantes atentados se praticam.»²¹

Dois dias depois do assalto aos escritórios do semanário de caricaturas, *O Paiz* fez notícia da «**supressão**» do semanário, por determinação do celeberrimo juiz criminal

¹⁸ Conf. «Apprehensão da “Marselheza”», in *O Paiz*, de 10/01/1898, p. 1.

¹⁹ Conf. «A policia de Lisboa. O assalto à “Marselheza – Proibição da venda do semanário de caricaturas – Cerco á redacção e oficinas – A policia secreta – O expediente da apalpadella.», in *O Paiz*, de 17/01/1898, p.1.

²⁰ Idem.

²¹ Idem.

sr. Veiga, e contestou a legalidade dessa decisão, quer por conta da forma como os agentes da polícia deram dela conhecimento ao administrador do jornal – tudo se resumiu a uma comunicação oral –, quer por ultrapassar o que estava consignado na lei. Advogavam que essa pena, especialmente gravosa, só era aplicável ao fim de três condenações em tribunal e que o semanário de caricaturas ainda não as tinha sofrido, ao contrário do que alegam aqueles que entendiam que fazia parte do diário *A Marselheza*²²: «*Ora, o semanário em questão não se intitula A Marselheza, mas Marselheza, sem A e para aparecer com este título está devidamente habilitado, na administração do 2.º bairro.*»²³

A questão da «supressão» foi levada à assembleia geral da Associação de Imprensa, no dia 17, por Augusto Rato, que propôs que fosse apresentado um protesto «*contra semelhante abuso*». Depois de alguma troca de argumentos, a proposta não foi aceite pela razão de «*a Associação não te[r] os seus estatutos aprovados.*» – um desfecho que deixou *O Paiz* indignado. Ao longo de várias edições o diário continuou a fazer o relato da polémica que se gerou em volta deste caso e das muitas diligências feitas para garantir a continuidade do semanário de caricaturas.²⁴

Depois de uma semana “cinzenta” (a 23 de Janeiro, não saiu), o semanário reapareceu no domingo, 30 de Janeiro. *O Paiz* já tinha anunciado esse regresso, na edição de 25 de Janeiro, mas sem arriscar nenhuma data.

Foi um “renascimento” cuidadosamente preparado: na primeira página, trazia estampada uma caricatura de Leal da Câmara, fardado de polícia, a desenhar um «Viva o Rei», cujo sentido se revelava na legenda: «Como eu deveria desenhar para ter o agrado das instituições»; a contagem dos números foi reiniciada, embora tenham mantido por algum tempo, encerrado entre parênteses, o contador antigo; continuaram a proclamar-se «o jornal de maior circulação... no Governo Civil», mas no editorial «A nova “Marselheza», a equipa renegou o passado rebelde e jurou lealdade ao rei e às instituições: «*Este novo periódico nada, absolutamente nada, tem com a jacobina folha, também de caricaturas, que se publicava há tempos para cá. (...)*

Esse outro, tinha por lemma atacar a policia, as instituições, tratar menos respeitosa e S.M. El-Rei e duvidar da competência do Ministerio progressista.

Nós, temos por norma defender a policia, essa instituição composta de agentes amáveis, de chefes inteligentes e de juizes justiceiros. (...)

O nosso caricaturista é o mesmo do finado jornal jacobino, mas Leal da Camara está arrependido, coitado, do seu incorrecto proceder e vem hoje engrossar as fileiras monarchicas n'este semanario, que se imporá ao respeito publico pela sua dedicação as instituições vigentes. (...)

Os empregados da administração d'este semanário são todos da policia e bem assim os operários das oficinas onde se faz a impressão da «Marselheza». (...)

²² O diário, de facto, desapareceu. A última edição de que há notícia saiu a 8 de Janeiro. Cinco dias depois, no dia 13, João Chagas substituiu Alves Correia na direção de *O Paiz*. E um mês depois, a 13 de Fevereiro, *O Paiz* deu a notícia de já estar agendado, para o dia 19 seguinte, o julgamento dos 11 processos movidos contra o diário *A Marselheza*, pelos quais respondia João Chagas.

²³ Conf. «A «Marselheza» e a policia», in *O Paiz*, de 18/01/1898, p. 1.

²⁴ O assunto continuou a ser tratado ao longo de vários números d'*O Paiz*, que também reproduziu documentos que terão sido entregues às autoridades, e uma carta de protesto redigida por Leal da Câmara, pelo que se recomenda a sua leitura na primeira página das edições dos dias 19, 20, 21.

A machina onde ser imprime a «Marselheza» comunica, por meio de uma engrenagem complicada, com uma enorme caixa de musica, e por esta forma o nosso jornal será impresso ao som do himno da Carta. (...)

*Emfim, a nova «Marselheza» tem todas as condições para sêr considerada uma publicação digna dos elogios de toda a imprensa portugueza, menos da republicana, da qual desde já declaramos não precisar.»*²⁵ Também anunciaram a publicação, na 4.^a feira, 2 de Fevereiro, de um «supplemento a cores a propósito da marcha *aux flambeaux*».²⁶

A produção do “novo” semanário continuou a ser assegurada pela tipografia «Marselheza», à qual se associou a «Litographia Artistica – Travessa André Valente, 13».²⁷ Tanto quanto foi possível apurar a prometida edição “especial” não se concretizou e a regular, que deveria ter saído no domingo, 6 de Fevereiro de 1898, também não.

O ciclo foi retomado na 5.^a feira, 10 de Fevereiro (n.º 2), e os leitores foram então informados que a interrupção se ficara a dever a um “problema técnico” na máquina de impressão. O tom irónico e a modelação metafórica da explicação suscitam algumas dúvidas...

Até ao final do ano de 1898, o semanário de caricaturas «Marselheza» conseguiu cumprir o seu ritmo semanal e até superá-lo com duas edições “extra”: uma, a 9 de Junho, 5.^a feira (n.º 28), que reclama contra o «Estado do Povo», e outra, a 5 de Agosto, 6.^a feira (n.º 37), por ocasião da visita do novo presidente republicano dos Estados Unidos do Brasil, Campos Salles, que muito elogiaram. O que não significa que a pressão feita pela censura tenha sido aliviada, pelo contrário, o periódico continuou a ser perseguido pelas autoridades, tal como muitos outros.²⁸

Em Maio, depois de ter sido informado de que seria julgado em tribunal, Leal da Câmara deixou de ser o caricaturista d’ *O Marselheza*²⁹, pelo que se tornou necessário encontrar quem o substituísse a repensar a linha editorial, ainda que sem fazer grandes concessões ao nível das ideias e valores.

Assim, aproveitando o início do 2.º ano de edição ou série, o *Marselheza* passou a depender de um novo elenco: o caricaturista Trindade Correia³⁰ (n.º 25), ao qual se juntou mais tarde, um outro, de nome Chico Lisboa³¹ (n.º 27); enquanto a «Prosa» ficou a cargo de um tal de «GUIMEL», nome que passou a figurar no cabeçalho (n.º 26).³²

²⁵ Conf. «A nova “Marselheza”, in n.º 1 (9), de 30/01/1898, p. 2.

²⁶ Conf. idem, p. 3.

²⁷ A partir de Abril de 1898, a litografia passou a ser a «Lusitano», na rua na rua Ferregial de Baixo, 38 – Conf. n.º 13 (24), de 24/04/1898, p. 4.

²⁸ Conf. os n.º 13 (21)-16 (24) e n.º 35.

²⁹ Conf. n.º 14 (22), de 1 de Maio, p. 4. Em Novembro (n.º 54), num número que lhe dedicaram, tornaram público que o caricaturista se exilou em Espanha «para não ir jazer no Limoeiro».

³⁰ Não foi possível identificar o artista, que a partir do n.º 41, de 21 de Agosto, passou a estar referenciado como «Desenhador».

³¹ Pseudónimo usado por Leal da Câmara, que também o utilizou em *Sol e Moscas* (1898), igualmente disponível na Hemeroteca Digital, [aqui](#).

³² Manteve-se até ao n.º 40, de 21/08/1898; daí em diante, ninguém assumiu a autoria da prosa publicada, salvo em três casos: João Chagas (n.º 41); e Gomes da Silva e António Aurélio (n.º 52).

Quanto ao conteúdo, o «Marselheza» passou a centrar a sua atenção na política internacional, concretamente na guerra hispano-americana, enaltecendo os seus líderes revolucionários, estampando os seus rostos na primeira página, dando a conhecer a sua luta libertadora, independentista e republicana (apoiada pelos Estados Unidos da América). Como se depreende, o peso do texto aumentou e assumiram um discurso mais positivo e propagandístico, que foi sendo publicado sob a forma de «galeria de retratos» temáticos: iniciaram com «Os homens de Cuba» – para o qual selecionaram as figuras de Maximo Gomes (n.º 26), Antonio Maceo (n.º 27), Rius Rivera (n.º 29), Calixto Garcia (n.º 30) e o tenente Hobson (n.º 33); complementada com a galeria «Os norte-americanos em Cuba» – na qual figura o general Shafter (n.º 36), o Almirante Sampson (n.º 38) e, extra painel, o retrato do presidente dos EUA, Mac Kinley (n.º 42); organizaram também «Os homens das Filipinas» – centrado naquele que foi o primeiro presidente da República, o general Aguinaldo (n.º 34); à qual associaram «Os norte-americanos nas Filipinas» – com o almirante Dewey (n.º 43); por ultimo, publicaram uma galeria dedicada à célebre «Questão Dreyfus» – com Alfredo Dreyfus, um capitão do exército francês, de origem judaica, que foi vítima de uma campanha de motivação revanchista e anti-semita que resultou na sua condenação e posterior deportação para a não menos célebre Ilha do Diabo (n.º 47), a sua esposa, Madame Dreyfus (n.º 48), e algumas das personalidades que denunciaram o caso, dando-lhe uma visibilidade e uma escala “global”, que foi determinante para a sua libertação e, posterior, reabilitação, como Emílio Zola (n.º 7), o coronel Picquart (n.º 50) e o socialista Jean Jauré (n.º 51).

A política nacional não foi esquecida, obviamente, mas passou a ser tratada, sobretudo, nas páginas interiores e com recurso à caricatura. De entre as edições que escaparam a essa “regra”, destacam-se: a edição dedicada ao 1.º de Maio e à reivindicação das 8 horas de trabalho (n.º 14 (22)); a que assinalou o falecimento do líder republicano «Dr. Leão d’Oliveira» (n.º 32); outra, redigida por João Chagas, a partir de Madrid, na qual evoca as suas memórias sobre insurreição do Porto, em 1891, na sequência da qual foi preso (n.º 41); a que tratou da «Liberdade de Imprensa em Portugal» (n.º 49); e a que satiriza o escritor Trindade Coelho (n.º 56).

Rita Correia, 28 de Abril de 2016

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

O *Paiz*, dir. Alves Correia. Lisboa: 1895-1898. Acessível em: <http://purl.pt/14331>
[Consultado em: Março-Abril, 2016]

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Lda., [s.d.].

Dicionário Cronológico de Autores Portugueses, org. Inst. Port. Do Livro e das Bibliotecas, coord. Ilídio Rocha. Lisboa: Publicações Europa-America, 1998. ISBN: 972-1-04378-8

OLÍMPIO, Ana Filipa Pereira Miguel - «Uma caricatura de País». Tese de Mestrado em Desenho. Lisboa: Faculdade de Belas Artes, da Universidade de Lisboa, 2013. Acessível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/8499/2/ULFBA_TES%20584.pdf [Consultado em 20/03/2016]